

Influência de procedimentos educativos sobre os conceitos de berçários*

The influence of educational procedures on the concepts of nurseries

Dayanne Sato Moreira¹, Alberto de Vitta², Luciana Aparecida de Araújo Penitente³, Fabiana Cristina Frigieri de Vitta⁴

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v25i3p217-224>

Moreira DS, Vitta A, Penitente AA, Vitta FCF. Influência de procedimentos educativos sobre os conceitos de berçários. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2014 set./dez.;25(3):217-224.

RESUMO: A dualidade cuidado x educação é aspecto a ser considerado na rotina das instituições de educação infantil que possuem berçário e os conceitos dos profissionais que nele atuam interferem nas práticas desenvolvidas, sendo necessário maior preocupação com a formação continuada. O objetivo foi verificar os efeitos de procedimentos educativos sobre conceitos relativos às funções e benefícios do berçário para a criança, junto a profissionais que atuam em instituição de educação infantil. Participaram professores e auxiliares de desenvolvimento de berçários municipais de Marília, entrevistados em quatro momentos – inicial, depois de cada um dos dois procedimentos educativos e seis meses após a intervenção. Essa consistiu em uma oficina de educação, uma vez por semana por um mês e práticas supervisionadas realizadas na rotina do berçário no total de 15 horas. Ambas focaram as atividades e seus benefícios para o desenvolvimento da criança. Verificou-se que os conhecimentos das educadoras decorriam do senso comum e que a oficina de educação proporcionou mudança nos seus níveis de informação, reforçada pela supervisão prática. A análise indica que a formação inicial e continuada das profissionais precisa contemplar aspectos específicos do desenvolvimento infantil para que concepções mais adequadas sejam construídas.

DESCRITORES: Terapia Ocupacional; Educação infantil; Formação de recursos humanos.

Moreira DS, Vitta A, Penitente AA, Vitta FCF. The influence of educational procedures on the concepts of nurseries. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2014 set./dez.;25(3):217-224.

ABSTRACT: The duality care-education is an aspect to be considered in the routine of childhood education institutions that have a nursery. The concepts of professionals who work in the nursery interfere with the developed practice, and require great concern regarding the continuing education. The objective of this study was to verify the effects of educational procedures on the concepts related to functions and benefits of the nursery for the child – from the professionals who work in a childhood education institution. These professionals were teachers and development assistants from municipal nurseries of Marília, interviewed four times – initially, after each of the two rearing procedures, and six months after the procedures. These procedures consisted of educational workshops, once a week, for one month, and 15 hours of supervised practices in the nursery. Both practices focused on the activities and their benefits to the child's development. We found that the educators' knowledge comes from common sense, and that educational workshops provided changes on their information levels, which were strengthened by supervised practice. The analysis indicates that the initial and continuing education of professionals need to consider specific aspects of child development, so more adequate concepts are built.

KEY WORDS: Occupational Therapy; Childhood education; Training of human resources.

* Este trabalho é parte do projeto Atenção ao desenvolvimento da criança de 0 a 2 anos nas atividades de rotina em berçários da cidade de Marília - Projeto financiado pelo Edital Universal do CNPq 14/2011 e pela Unesp.

¹ Terapeuta Ocupacional, graduada pela Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista - UNESP - Marília/SP.

² Docente do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Sagrado Coração - Bauru/SP.

³ Docente do Departamento de Didática da Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista - UNESP - Marília/SP.

⁴ Docente do Departamento de Educação Especial da Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista - UNESP - Marília/SP.

Endereço para correspondência: Fabiana C. F. de Vitta - Departamento de Educação Especial - Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp - Av. Hygino Muzzi Filho, 737. Marília. SP. CEP 17525-900. E-mail: fabianavitta@gmail.com

INTRODUÇÃO

Documentos como a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9394/1996) asseguraram à criança o direito à escola pública, sendo o oferecimento desta dever do Estado. No entanto, tais leis nem sempre se traduzem em práticas educativas intencionais, coerentes com fundamentos teóricos e experiências pautadas na reflexão. Essa fase da educação tem sido negligenciada nas políticas públicas e há dificuldade em considerar a criança de 0 a 3 anos nas discussões sobre direitos e deveres¹.

Nas creches, os profissionais que atuam em berçários devem assumir um duplo papel: o de cuidar das crianças e o de educador, que contribui ativamente para seu desenvolvimento global. Nesse contexto, o conhecimento que dispõem sobre o desenvolvimento infantil é um dos fatores que determinam a qualidade do atendimento feito à criança.

Esse conhecimento será expresso por meio de suas ações e atividades desenvolvidas no cotidiano do berçário, que devem ser entendidas, analisadas e organizadas intencionalmente para promover o desenvolvimento de todas as crianças, respeitando a diversidade própria dessa faixa etária. Conhecer as características das crianças com as quais trabalha, assim como analisar e compreender as atividades que deverão ser executadas no berçário é importante para que o conhecimento que se tem sobre desenvolvimento e aprendizagem possa ser colocado a serviço da qualificação dessa atuação².

No Brasil, as Leis e as pesquisas na área não afetaram necessariamente a prática, pois ainda é possível identificar problemas na formação dos profissionais que atuam em educação infantil^{3,4}. O funcionamento das escolas de educação infantil ainda distancia-se do que tem sido apontado como apropriado para a criança de 0 a 2 anos e levará tempo para ser colocado em prática⁵.

Para os profissionais de Educação Infantil que já estão inseridos no mercado de trabalho, há que se pensar em uma formação que contemple conhecimentos relacionados a conteúdos específicos, relacionados à criança, seu desenvolvimento e formas de apoiá-lo, como também, possibilitar a discussão de aspectos práticos já encontrados nos serviços desempenhados².

Azevedo e Schnetzler⁵ sugerem que a formação deixe de seguir a direção teoria-prática e parta da prática, iluminando-a com conhecimentos teóricos mais adequados à compreensão da criança como ser histórico e social. Os professores devem perceber que sempre há uma teoria que sustenta e problematiza a prática educativa, e que essa

percepção é imprescindível para a sua compreensão, sendo que esse seria um trabalho em longo prazo e que deve partir da própria prática e suas dificuldades⁶.

Há que se cuidar desta formação continuada, para que não sejam oferecidos, apenas, cursos esporádicos, desvinculados das necessidades dos profissionais. Como destaca Kramer “os processos de formação configuram-se como prática social de formação contínua e coerente com a prática que se pretende implementar” (p.806)⁴. A autora afirma que mudanças significativas do ponto de vista pedagógico não são conseguidas com cursos emergenciais.

As preocupações com o cotidiano escolar, com os contextos que envolvem o sujeito, são objetos da Terapia Ocupacional.

Na área infantil, a relação das práticas em Terapia Ocupacional com a escola deve ultrapassar a questão da educação especial e considerar as mudanças ocorridas na organização da escolarização no Brasil, promovidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e pelas Diretrizes Curriculares, que incluem, definem e organizam na educação básica a faixa etária de 4 meses a 2 anos – berçário.

A Terapia Ocupacional pode contribuir para a organização desses espaços e para formação continuada dos profissionais que estão no berçário, pois tem por objeto a atividade e seu papel no desenvolvimento do ser humano, na relação do homem com o ambiente e na construção da sua história social.

As ações de terapia ocupacional junto à população infantil objetivam estimular e integrar as várias áreas do desenvolvimento – cognitiva, sensorial, motora, emocional e social – e orientar a sociedade, principalmente a mais próxima à criança – família e escola –, sobre suas necessidades de desenvolvimento mental e sobre as atividades que favorecem sua aprendizagem⁷.

O objetivo desta pesquisa foi verificar os efeitos de procedimentos educativos sobre conceitos relativos às funções e benefícios do berçário para a criança, junto a profissionais que atuam em uma instituição de educação infantil.

MÉTODO

Foi realizado um estudo quase-experimental em um Berçário Municipal da cidade de Marília. Esta instituição fez parte de um projeto de pesquisa - Atenção ao desenvolvimento da criança de 0 a 2 anos nas atividades de rotina em berçários da cidade de Marília - financiado pelo Edital Universal do CNPq 14/2011, com o objetivo de verificar as mudanças de conhecimentos teóricos e práticos relativos aos conceitos e atividades de rotina (alimentação,

vestuário, higiene e trocas de posturas realizadas com as crianças) a partir de procedimentos de oficina de educação e práticas supervisionadas em quatro momentos de avaliação (pré-teste, pós-teste intermediário, pós-teste final e seis meses após o término do programa). É decorrente de um convênio firmado entre a Faculdade de Filosofia e Ciências (Unesp/Marília) e a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Marília que desde 2010 organizou vários cursos de curta duração junto a diretores e coordenadores das instituições de educação infantil, com a participação de alunos bolsistas do curso de Terapia Ocupacional e Pedagogia.

Participaram da presente pesquisa 13 funcionários que atuam em um Berçário Municipal da cidade de Marília, sendo 3 professoras, 6 auxiliares de desenvolvimento escolar (ADE) e 4 auxiliares de serviços gerais (ASG).

Após autorização da SME de Marília e da instituição participante, foram desenvolvidas quatro etapas para a coleta dos dados. A primeira (etapa A) avaliação inicial foi relativa a aplicação de um questionário semi-estruturado e entrevista com as profissionais das escolas estudadas, a respeito de sua prática. Tanto o questionário como a entrevista são consideradas técnicas de interrogação que permitem a “obtenção de dados a partir do ponto de vista dos pesquisados” (p. 90)⁸. O questionário foi usado para que o participante descrevesse como realiza as atividades de alimentação, higiene, mudanças posturais, vestuário e repouso com a criança, obedecendo a enunciados claros e objetivos. Já a entrevista foi norteada por questões escritas numa folha – roteiro –, de modo que todos os entrevistados pudessem discorrer livremente sobre os mesmos temas. Foram registradas em gravador digital e posteriormente transcritas integralmente.

A segunda consistiu na aplicação de procedimentos de educação: oficina de educação e supervisão da prática. As oficinas de educação tiveram a duração de 4 semanas consecutivas, ao final do expediente, com cerca de 45 minutos de duração cada e aconteceram no próprio berçário. Constou de técnicas de demonstrações, aplicações práticas e *feedback*, utilizando os recursos materiais e físicos do próprio berçário, assim como, bonecas e utensílios (alimentação, vestuário, higiene) trazidos especialmente para a oficina. Objetivaram acrescentar o “como fazer” e fornecer subsídios para o desenvolvimento das atividades de acordo com os seguintes temas: 1ª aula – desenvolvimento da motricidade da criança de 0 a 2 anos; 2ª aula – efeitos das atividades de higiene para o desenvolvimento da criança de 0 a 2 anos; 3ª aula – efeitos das atividades de vestuário para o desenvolvimento da criança de 0 a 2 anos; 4ª aula – efeitos das atividades de alimentação para o desenvolvimento da

criança de 0 a 2 anos.

A prática supervisionada ocorreu durante a rotina de atividades das profissionais, sendo no mínimo cinco práticas supervisionadas relativas a cada um dos temas mencionados acima (banho das crianças do berçário, alimentação, troca de roupas), totalizando 15 horas. Em todas as atividades foram focadas em mudanças posturais e a necessidade de intencionalidade na manipulação da criança, como sugerido por De Vitta². A periodicidade e os horários foram combinados previamente entre pesquisadora e participantes e ocorreram no prazo de um mês.

A terceira etapa - reavaliações intermediária e final - seguiu o mesmo procedimento da avaliação inicial (etapa A), sendo que a intermediária foi realizada após uma semana do término da oficina de educação e a final, após uma semana do fim da prática supervisionada. A última consistiu na reavaliação após seis meses do término das intervenções educativas, seguindo o mesmo procedimento da avaliação inicial (etapa A). As entrevistas nas 4 etapas de coleta de dados tiveram questões comuns com o objetivo de verificar as mudanças dos conceitos relativos ao berçário: 1. Qual a função principal do berçário?; 2. Você acredita que a criança poderá se beneficiar dessa inserção no berçário? Como?; 3. Como as atividades realizadas no berçário ajudam a criança?

Os dados obtidos nos dois instrumentos de coleta, no conjunto, forneceram a visão sobre conhecimentos teóricos e práticos relativos aos conceitos sobre berçário de cada participante da pesquisa.

Após leitura dos questionários e entrevistas transcritas, organizou-se quadros para facilitar a visualização das ideias centrais e a realização de análise do conteúdo, que permitiu uma classificação do material de acordo com Minayo⁹, assim como sua comparação nos diferentes momentos de aplicação dos instrumentos de coleta. As categorias elencadas para análise foram: a) função do berçário; b) benefício para a criança e c) atividades realizadas.

Por fim, foi realizada a análise final, que permitiu a confrontação entre os resultados obtidos nos diferentes momentos de avaliação, verificando as mudanças conceituais relacionadas às concepções sobre o berçário.

O presente trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da FFC – UNESP - e aprovado sob o número de processo 0010/2000 em 16/05/2012.

RESULTADOS

Os resultados obtidos foram organizados pelos temas: função do berçário, benefício para a criança e atividades realizadas e serão apresentados a seguir.

Função do berçário

Em relação à função do berçário, na entrevista inicial fica clara a ideia de sua existência unicamente vinculada ao cuidar das crianças de mães e famílias que tenham necessidade.

[...]Cuidar da criança é a principal função (ADE F)
[...]... meu entender, é para cuidar das crianças, não só na parte de higiene (...), mas na parte pedagógica, para a criança estar desenvolvendo, todo o processo de andar, de aprender, quando eles chegam são muito pequenos para andar...aí a gente vai vendo o desenvolvimento deles, eu mesmo tive uma filha aqui ano passado e eu acompanhei nitidamente o desenvolvimento dela, é muito importante (ASG C).
[...]Primeiro, eu acho que criaram um lugar para deixar essas crianças, pela necessidade das mães mesmo. Mas com a importância de estar desenvolvendo a criança (prof. I).

O educar é introduzido em algumas respostas, mas de forma muito tímida. Apenas uma professora se deteve na questão do desenvolvimento, embora o cuidar se encontrasse no meio de sua resposta.

Após a oficina educativa, a ideia de desenvolvimento da criança e de educação aparece em muitas respostas, aliadas ao cuidado que ainda está vinculado com a necessidade social da família. Os aspectos ressaltados nas oficinas sobre a importância da compreensão de como favorecer experiências que promovam a interação da criança com outras pessoas, além de estimular o desenvolvimento nos aspectos motor e percepto-cognitivo, propiciando maturidade para que ela caminhe na direção da conquista de autonomia e independência, pode ser observado nas falas dos participantes. Aparece a relação entre as atividades desenvolvidas no berçário e o desenvolvimento motor.

[...]É educar, obviamente que ao educar nós também estamos cuidando da criança, estamos ensinando ela a andar, ela comer, ela se movimentar e ela se socializar (ADE D).
[...]o berçário existe por várias razões, eu acho que primeiro para resolver o problema da família, das mães, mas a nossa função como educadora é de ensinar, de educar, de preparar as crianças para ir futuramente para EMEI, a educação, eu acho que a função é educar (prof. H).

Após a supervisão prática, ou seja, no terceiro momento de aplicação da entrevista, os conceitos relativos a cuidados continua aparecendo, sozinho e relacionado a aprendizagem de comportamentos pelas crianças.

[...]Função? (...)... para cuidar, mas nesse cuidar eles aprendem muita coisa (ADE L).

[...]Tanto é educar, como cuidar dessas crianças, então é o melhor possível para o desenvolvimento deles (prof. I).

Após 6 meses novamente os participantes responderam às questões da entrevista. Verificou-se que algumas respostas voltaram a ser iguais às da primeira, sendo a maioria de profissionais auxiliares de desenvolvimento escolar.

[...]A função do berçário é... cuidar das crianças enquanto os pais estão trabalhando (ADE B).

[...]Acolher as crianças para as mães trabalharem (ADE E).

[...]É atender as mães, trabalhadoras ou não (ADE D).

Alguns participantes não mudaram suas respostas no decorrer das entrevistas, ou seja, iniciaram conceituando o berçário como local para cuidar das crianças cujas mães tinham necessidade e permaneceram com esse pensamento até o fim da intervenção. As respostas das professoras se modificaram bastante, unindo a ideia de cuidado ao de educação. As auxiliares de serviços gerais que participaram do curso também falaram em cuidado e educação, ainda que as respostas fossem mais rápidas e menos estruturadas.

[...]Ah... é cuidar, mas eles aprendem muito nisso! (ADE L)

[...]A função principal do berçário é você fazer um trabalho juntamente deles, um trabalho pedagógico, esse trabalho desenvolvido durante o transcorrer do ano com atividades, com jogos, brincadeiras (prof. H).

Benefício para a criança

Em relação à segunda questão - se a criança se beneficia de sua inserção no berçário - algumas respostas enfatizam que a criança teria maior benefício se ficasse em casa com os pais.

[...]É uma opção. Não tem outra opção, essa seria a melhor. Seria melhor se eles ficassem com os pais. Também (se beneficia), porque aí fica preso no seu convívio, conviver com os outros. Mas para mim, eu acho que se eles ficassem com os pais seria melhor. Mais tempo, com os pais. Não integral como alguns ficam (ADE B).

Outras, ao contrário, revelam uma preocupação com a realidade social da família e a falta de rotina de atividades de cuidado e estimulação.

[...] Em todas as áreas porque uma criança que só fica em casa, com uma pessoa que não conhece, aqui ela também não conhece, mas aqui ela vai ter tipo um ritmo certo. Vai ter horário para comer, vai ter horário para dormir, um horário para fazer as atividades e em casa nem sempre é assim. Uma hora atrasa a comida, outra hora não põe para dormir, então aqui eu acho que a criança aprende a ter regra (ADE L).

As respostas das professoras foram as mais elaboradas em relação a benefícios para o desenvolvimento e aprendizagem, exemplificando com a diferença entre o início e o fim do ano letivo em relação às habilidades adquiridas pela criança. Fazem também a relação com as atividades oferecidas e aspectos do desenvolvimento adquiridos.

[...] Aqui ela é estimulada a todo o momento, nos dois períodos. A criança passa o dia aqui na escola, então ela é estimulada no período da manhã e no período da tarde, com atividades sequenciadas, participa de projetos. Nesses projetos temos brincadeiras, temos música, muito visual, muitas cores. A gente trabalha mais com o visual, com os estímulos visuais (prof. H).

Na segunda e terceira entrevistas, muitas respostas continuaram enfatizando a aspectos relativos aos cuidados oferecidos pelo berçário e o fato de promover o desenvolvimento. Algumas dão maior ênfase aos benefícios ligados ao bem estar da criança e outras na relação entre aprendizagem e desenvolvimento.

[...] Dependendo da criança beneficia, tem umas que se ficassem na casa não iam ter o que eles têm aqui, uns que eu acho que não ia se alimentar, não ia ter higiene que a pessoa dá aqui (entrev. 2, ADE B).

[...] em todos os aspectos, em todos os sentidos, na socialização, ela interage, ela brinca, além dela se socializar com o grupo ela está recebendo estímulos nas brincadeiras, nas atividades pedagógicas, em todas as atividades que a gente desenvolve com eles, ela está se beneficiando (entrev. 3, prof. H).

Na última entrevista, benefícios relacionados aos cuidados promovidos pela instituição apareceram discretamente. As respostas estavam vinculadas à estimulação ao desenvolvimento e a aprendizagem da criança. Um fator que pode ser importante para essa mudança na fala dos profissionais é o fato das crianças terem crescido, ou seja, as entrevistas anteriores foram realizadas no primeiro semestre do ano letivo e esta última em dezembro, sendo que ao longo desse período crianças

nessa faixa etária apresentam mudanças de comportamentos marcantes.

[...] com certeza ela fica mais desenvolvida né, vindo para um berçário que aqui ela tem outras crianças e ela vai se espelhando nas outras crianças (ADE L).

[...] eu acredito que sim, viu, bastante, porque serve para o desenvolvimento. Que você vê que eles entram aqui de um jeito e vão se desenvolvendo diferente da criança que não participa que não vai para uma escolinha, um berçário... (ASG G).

Atividades realizadas

Quanto à relação entre as atividades desenvolvidas e o benefício para a criança, novamente se vê uma ênfase demasiada nas atividades de cuidado para substituir ou suprir o que deveria ocorrer em casa.

[...] Às vezes tem criança que só come aqui. Às vezes essas refeições são as únicas que são feitas de maneira correta. Como também nós temos casos que não, crianças que vem aqui para atender as necessidades da mãe mesmo, que trabalham. Mas outras agem no social também (ADE D).

Essas falas retornam ao pensamento da creche como sendo local meramente assistencial. Aspectos ligados ao desenvolvimento de atividades pedagógicas podem ser observados, timidamente, nas respostas das professoras.

[...] Ajuda em todos os sentidos. Na parte emocional, cognitiva, em todos os aspectos da vida da criança, (...), porque ela é estimulada nesses dois períodos, através desses projetos que a gente desenvolve que envolve música, esquema corporal, historinhas, concentração, atenção da criança, socialização e interação dela com as outras crianças, com os funcionários da escola, com a professora, com as auxiliares (prof. H).

Na segunda e terceira entrevistas, há muitas referências às atividades de cuidado auxiliando no desenvolvimento de autonomia, principalmente por parte dos auxiliares de desenvolvimento escolar.

[...] alimentação, a criança aprende a se alimentar, no banho a criança pode até aprender a se movimentar, no vestir, esticar o bracinho, tudo, até mesmo na locomoção de uma sala para outra, aprender a engatinhar, mas depois vai aprender a andar, aos poucos elas vão estar andando sozinhas, só com um adulto monitorando... (entrev. 2, ASG C).

[...] Cada uma tem uma função, por exemplo, elas aprendem a comer, elas aprendem que precisa ter higiene,

ter horário para dormir, para brincar, e ajuda no convívio com outras crianças, relacionar (entrev. 3, ADE F).

Novamente, são as professoras que falam sobre a programação de atividades pedagógicas, organizadas para o desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas, sociais, linguagem.

Na quarta entrevista há maior referência aos aspectos do desenvolvimento. Algumas respostas dão exemplo de atividades sistematizadas e dirigidas para algum tipo de habilidade, principalmente social.

[...] no desenvolvimento deles... olha na sala, na sala é o nome das pessoas... igual as crianças do B3 mesmo já sabem todos os nomes de cabeça, de cada um da gente (ADE E). [...] eu acho que é o desenvolvimento não é? É o desenvolvimento assim, que nem tem uma professora que ela brinca com a caixa, que a criança sabe diferenciar o tamanho, sabe cor. Então tudo isso é benefício, quando fazem o trabalhinho com as cores de semáforo, então eles vem, desse tamanhinho, eles já sabem. Então eles já falam: “Pode ir”, “Pode passar”, isso tudo ai é uma ajuda no desenvolvimento (ASG G).

Na análise das quatro etapas de entrevistas, nota-se que os professores, embora iniciem conceituando a função do berçário ligado aos cuidados, ao final enfatizam os aspectos educacionais. Há maior coerência nas respostas, entre função, benefício para a criança e atividades realizadas.

Outros profissionais, auxiliares de desenvolvimento escolar, iniciam e terminam definindo a função do berçário ligado às atividades de cuidado e reafirmam essa ideia quando falam dos benefícios - sociais - para a criança e família, assim como para a aquisição de comportamentos ligados à rotina de atividades - comer, vestir, etc.

DISCUSSÃO

Embora grande parte das respostas reconheçam que há claro desenvolvimento por parte da criança que frequenta a instituição de educação infantil na fase de 0 a 2 anos, passando de passivo para um ser ativo, relacional, social, em relação à função do berçário, há associação com a ideia de cuidados, vinculados à necessidade familiar de ter um lugar para deixar a criança. Ao refletir sobre o papel desta instituição e suas contribuições e limitações para a educação infantil, verificou-se que a visão institucional vincula-se mais aos cuidados que à aprendizagem, ou seja, o ambiente educativo não é valorizado como promotor do desenvolvimento de todas as crianças.

Essa visão decorre da própria história da creche e do atendimento à criança pequena no Brasil, que desde a década

de 1970 está ligado a uma visão assistencialista. Pacheco e Dupret¹⁰ ressaltam que o trabalho desenvolvido nas creches era puramente assistencial, sendo a educação deixada em segundo plano.

A creche, fase que incorpora o berçário, ainda é tratada como instituição assistencial que deve cuidar das crianças nos períodos nos quais sua família está impossibilitada, o que inclui pais trabalhando fora, falta de condições materiais para subsistência dentro de casa e, muitas vezes, impossibilidade psicológica da mãe de criar uma criança. O caráter educativo da creche é comprometido por esse olhar assistencialista que coloca a criança como um ser com o qual se realiza atividades que propiciem seu bem-estar, que deve ser cuidado para ser devolvido para a família em “ótimo estado”.

As ideias dos cuidadores são resultantes da influência de diferentes fatores, como a escolarização, as experiências de vida, os valores culturais vigentes em seu ambiente próximo e distante, e as circunstâncias das suas vidas presentes, em termos de características materiais e simbólicas dos ambientes em que vivem¹¹.

Em estudo³ realizado sobre a produção de conhecimento na área de educação infantil entre 1996 e 2003 identificou-se que trabalhos com o objetivo de verificar mais de perto a prática de professoras e educadoras em instituições de educação infantil foram realizados em menor escala. Em relação a crianças de 0 a 3 anos, os autores observaram a “falta de clareza das educadoras sobre seu papel, o que as leva a confundir as competências da creche e da família, não distinguindo entre o espaço público e o privado” (p. 104)³. As referências para a prática junto a esta faixa etária são encontradas na casa, usada como modelo, principalmente entre as profissionais que auxiliam as professoras nos cuidados com a criança.

A visão assistencialista da creche e, em especial do berçário, como substituta da família, influencia o papel desempenhado pelas profissionais que lidam com as crianças. Essa concepção relaciona-se diretamente ao cargo que ocupam na estrutura administrativa da instituição, como mostrou os dados da presente pesquisa, ou seja, houve maior coerência nas respostas das professoras do que nas dos ADE, que são os responsáveis pela execução das atividades de cuidados.

No entanto, nota-se em grande parte das respostas o reconhecimento que a criança se transforma no decorrer de sua estadia no berçário, passando de passivo para um ser ativo, relacional, social e a maioria dos participantes reconhecem que há claro desenvolvimento por parte da criança.

Verificou-se que a formação oferecida pouco modificou a rotina de atividades desenvolvidas no interior do berçário, pois como as próprias profissionais colocaram na

avaliação da intervenção, a aplicação desses conhecimentos era difícil, principalmente por causa da infraestrutura física e material e da rotina estabelecida no berçário. Elas não têm as práticas consolidadas, havendo necessidade de implementação de um trabalho contínuo que interfira especificamente nessas práticas. Zapelini¹² encontrou resultados semelhantes em seu estudo, apontando para a necessidade de melhores condições para que os conhecimentos transmitidos e construídos se efetivem.

Como ressalta Jurdi, Brunello e Honda¹³ ao analisarem a Terapia Ocupacional e as propostas de intervenção na rede pública de ensino, há necessidade de ouvir os participantes do cotidiano escolar, que mostram suas dificuldades, seus questionamentos e reflexões que extrapolam a formação pedagógica.

Esse olhar nos convoca para além do aspecto pedagógico, pois entendemos que essas relações não se resumem a técnicas e métodos específicos. Os conflitos que emergem devem ser compreendidos para além do processo ensino-aprendizagem, e vistos como historicamente constituídos, referindo-se a fenômenos mais amplos e complexos (p.27).

Os profissionais que estão nas creches deverão ter consciência de que as atividades que oferecem contribuem ativamente para o desenvolvimento global da criança e que pertencem às duas categorias - cuidado e educação. O conhecimento que as profissionais do berçário têm sobre como se processa o desenvolvimento infantil no contexto social da criança é um dos fatores que determinam a qualidade do trabalho¹⁴.

Volpato e Mello¹⁵, ao discutirem o trabalho e a formação dos profissionais de creche em Botucatu, ressaltam a necessidade de formação inicial e continuada teórica e prática, considerando aspectos da realidade. Atenta-se para a importância de aprofundamento dos conhecimentos por parte dos dirigentes, incluindo chefias, supervisores e poder público municipal, já que há uma rede de relações institucionais e interesses que norteiam o projeto educativo das creches.

Dessa forma, há necessidade de comprometimento de toda a equipe que atua na instituição, incluindo diretoras, auxiliares de direção, auxiliares de serviço, pois a mudança na rotina, exige apoio em todos os âmbitos.

Kagan¹⁶ ao fazer uma crítica à qualidade da educação infantil brasileira, especificamente, mas remetendo-se aos mesmos problemas em outros países, ressalta a necessidade de se criar um “sistema de educação infantil” no qual “diversos elementos operem em conjunto para produzir programas de alta qualidade” (p. 64), sendo estes ligados aos

programas de serviços diretos com a criança e a família e a uma infraestrutura de apoio aos mesmos. Essa infraestrutura inclui sete itens, dentre os quais a capacitação profissional que incluía as equipes.

Um atendimento de qualidade exige que as ações sejam intencionais, ou seja, os profissionais que atuam no berçário saibam o objetivo de cada atividade desenvolvida na rotina da instituição². Portanto, a formação continuada dos profissionais de instituições que atendam à criança de 0 a 2 anos deve focar a equipe, auxiliando na elaboração de uma proposta de trabalho que contenha objetivos de acordo com a fase do desenvolvimento da criança, ou seja, de acordo com a sua maturidade e respeitando a sua individualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho permitiu verificar as mudanças de conhecimentos teóricos relativos aos conceitos sobre o berçário, a partir de procedimentos de oficina de educação e práticas supervisionadas. Observou-se que profissionais com melhor formação inicial reproduziam nas entrevistas mudanças mais claras em seus conceitos.

No entanto, o conceito do berçário como uma instituição de cunho assistencial permanece nas concepções da maioria dos participantes, tendo forte influência no entendimento que têm da criança, da família, da educação e do papel social que têm representado. Com isso, as atividades no berçário têm maior relação com o cuidado, com um manuseio automático para facilitar e possibilitar a organização da rotina e com pouca intencionalidade educacional que objetive o desenvolvimento global da criança. Essa condição baseia-se também na ideia de que os frequentadores dessas instituições são desprovidos de condições materiais e sociais para seu desenvolvimento físico, ou seja, de higiene, alimentação, vestuário.

É importante que se considere, além desses aspectos, que a criança é um sujeito de direitos mais amplos, que envolvem condições para que se apropriem e interfiram no meio em que vivem e se desenvolvam plenamente. Isso significa oferecer atividades significativas que os habilitem a exercer suas ações sobre os objetos, sobre o espaço, sobre as pessoas, considerando como aprendizagem a aquisição de habilidades posturais, de manipulação, de linguagem, percepto-cognitivas, viabilizando comportamentos que expressem seu entendimento e sua vontade sobre as situações apresentadas.

A Terapia Ocupacional tem ferramentas que apoiam sua atuação nessa área, seja auxiliando diretamente no cotidiano dessas instituições, como nos processos de formação inicial e continuada do profissional que atuará nessa área – professores e auxiliares. O profissional dessa

área pode e deve atuar nessa equipe, fornecendo subsídios para uma melhor compreensão da relação entre atividades cotidianas e desenvolvimento pessoal e social. É importante um trabalho conjunto de diferentes áreas (saúde, educação e social) para que o papel educacional da creche possa acontecer, considerando os diferentes aspectos que envolvem a atividade infantil e promovendo o real desenvolvimento junto à faixa etária em questão^{2,14}.

Tendo como objeto o fazer humano, as atividades que promovem o desenvolvimento e a qualidade de vida, o terapeuta ocupacional deve olhar para as práticas

desenvolvidas nas instâncias educacionais com o objetivo de colaborar para que sejam realmente significativas para os participantes desses processos, promovendo e possibilitando ao indivíduo avanço em sua inserção social, assim como de sua comunidade.

Há que se pensar em uma formação inicial sólida, que auxilie no entendimento da função educacional e social do berçário em relação à família e à infância, da relação entre as atividades e a promoção do desenvolvimento global da criança, assim como na formação continuada que contemple as necessidades práticas da atuação nessa área.

REFERÊNCIAS

1. Rosemberg F. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In: Bento MAB. (Org.) Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012. p. 10 – 46.
2. De Vitta FCF. Cuidado e educação nas atividades do berçário e suas implicações na atuação profissional para o desenvolvimento e inclusão da criança de 0 a 18 meses. 2004. 162 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.
3. Campos MM, Füllgraf J, Wiggers V. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. Cad Pesqui. 2006;36(127):87-128. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742006000100005>
4. Kramer S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. Educ Soc. 2006; 27(96):797-818. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302006000300009>
5. Azevedo HH, Schnetzler RP. Necessidades formativas de profissionais de educação infantil. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/telorse.PDF>>. Acesso em: 27 ago. 2013.
6. Mello MA. A atividade mediadora nos processos colaborativos de educação continuada de professores: educação infantil e educação física. 2001. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2001.
7. De Vitta FCF. Uma identidade em construção: o terapeuta ocupacional e a criança com retardo no desenvolvimento neuropsicomotor. Bauru: EDUSC, 1998. (Cadernos de Divulgação Científica, 63).
8. Gil AC. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
9. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.
10. Pacheco ALPB, Dupret L. Creche: desenvolvimento ou sobrevivência? Psicologia USP. 2004; 15(3):103-16. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642004000200006>
11. Bahia CCS, Magalhaes CMC, Pontes FAR. Crenças de mães e professoras sobre o desenvolvimento da criança. Fractal: Rev Psicol. 2011;23(1):99-122. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922011000100008>
12. Zapelini CA. E. Processos formativos constituídos no interior das instituições de Educação Infantil: uma experiência de formação continuada. Pro-Posições. 2009; 20(2): 167-84. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072009000200011>
13. Jurdi APS, Brunello MIB, Honda, M. Terapia Ocupacional e as propostas de intervenção na rede pública de ensino. Rev Ter Ocup. Univ. São Paulo 2004;15(1):26-32. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v15i1p26-32>
14. Vitta FCF, Vitta A. Promoção do desenvolvimento da criança no contexto educacional: o berçário. In: Zaniolo LO, Dall'acqua MJC. Inclusão escolar: Pesquisando políticas públicas, formação de professores e práticas pedagógicas. Jundiaí, Paco Editorial: 2012. p. 141-62.
15. Volpato CF, Mello SA. Trabalho e formação dos educadores de creche em Botucatu: reflexões críticas. Cad Pesqui. 2005;35(126):723-45. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742005000300010>
16. Kagan SL. Qualidade na educação infantil: revisão de um estudo brasileiro e recomendações. Cad Pesqui. 2011; 41(142):56-67. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742011000100004>

Recebido para publicação: 06/09/2013

Aceito para publicação: 21/10/2014